

Nº 81, dez/97, p.1-3



A PECUARIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO

Francisco Gomes de Andrade¹
Claudenor Pinho de Sá¹
Nélio Frazão de Almeida²
Gilberto Costa do Nascimento³
Francisco Aloísio Cavalcante⁴
Marlene Pantoja Bentes⁵
José Valdeci de Oliveira⁶
Edvaldo da Costa Melo⁶

A agricultura familiar no Estado do Acre sinaliza algumas alterações no uso atual da terra, com propensão para a exploração da pecuária mista e implantação de sistemas agroflorestais (SAF's).

Neste aspecto é de fundamental importância diagnosticar os problemas que entravam o desenvolvimento socioeconômico da comunidade. Ressalta-se que, com base neste conhecimento, será possível propor sugestões que venham a contribuir para melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento econômico dos membros da comunidade, além da redução das agressões ao meio ambiente.

A comunidade selecionada para o estudo foi a Associação Progresso, localizada no Projeto de Colonização Pedro Peixoto, município de Plácido de Castro. Nesta observa-se a propensão à pecuarização, com nítida tendência a se estabelecer a pecuária mista. Isto se deve em grande parte às facilidades para se conseguir financiamento, pois, para o agente financeiro, é uma atividade de alta liquidez que garante o retorno do capital investido. Por outro lado, para o produtor é uma atividade que exige pouca mão-de-obra, apresenta alta liquidez, além de ser um modelo de exploração que se destacou na agricultura empresarial do Acre.

O estudo foi dividido em duas partes. A primeira constou de reunião com a presença dos 42 associados, tendo o objetivo de identificar o problema que dificultava o desenvolvimento da comunidade.

O grupo foi dividido em seis subgrupos e cada um levantou o problema principal, suas causas e efeitos. Na segunda etapa, os subgrupos apresentaram em plenária o resultado de seus trabalhos que foram condensados em um único produto, denominado árvore de problemas (Fig.1).

1 Eng.-Agr., M.Sc., Embrapa Acre, Caixa Postal 392, CEP 69908-970, Rio Branco, AC.

2 Téc.-Esp., Embrapa Acre.

3 Eng.-Agr., Embrapa Acre.

4 Méd.-Vet., M.Sc., Embrapa Acre.

5 Eng.-Agr., B.Sc., Emater Acre, CEP 69908-620, Rio Branco-AC.

6 Téc.-Agrop., Emater Acre.

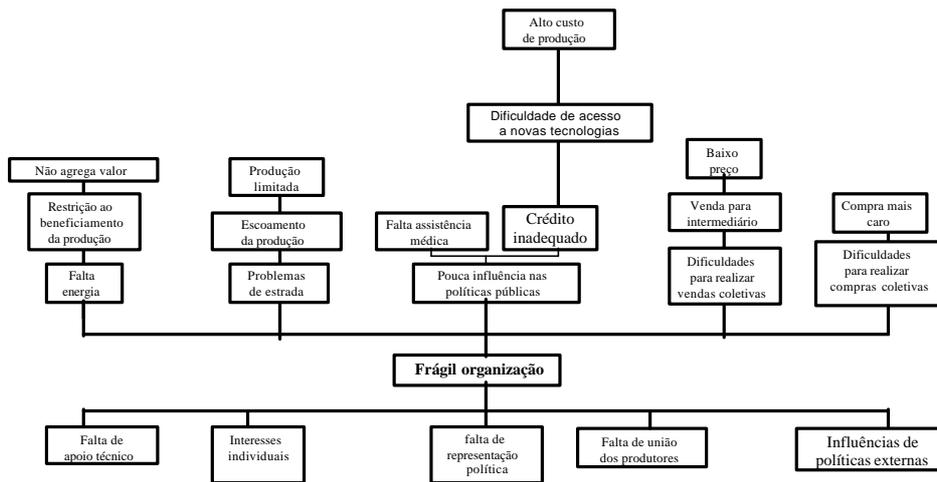


FIG.1. Árvore de problemas.

Para eles, a fragilidade de sua organização é a causa principal da baixa condição socioeconômica em que se encontram, sendo determinada pela falta de união entre seus associados, pela interferência política e até mesmo pela ausência de apoio técnico. A identificação do problema demonstra grande maturidade dos participantes e reflete um alto nível de conscientização na comunidade. Entretanto, não se observam ações concretas que venham a contribuir para a solução do problema, constatando o nível de conscientização desses produtores. Ressalta-se que essa situação pode ser explicada pelo próprio estado de pobreza que incita a uma disputa pela sobrevivência, o que de certa forma é compatível em uma sociedade que predomina o individualismo, e, na competição pelos recursos escassos, os indivíduos são induzidos a colocar como prioritário os interesses individuais em detrimento aos da coletividade.

Outra hipótese, relacionada aos recursos escassos, é a disputa pelos benefícios gerados pelo aparelho estatal, em que as representações dos produtores rurais disputam com as patronais o acesso a esses benefícios, estas, por apresentarem maior poder de barganha e de negociação, exercem maior pressão na defesa de seus projetos e por isso conseguem se apropriar da maior parte dos benefícios oriundos das políticas públicas. A falta dessa percepção, por parte dos membros de suas entidades de classe dessa categoria de produtores (pequenos produtores), leva-os ao descrédito sobre a atuação de suas representações e conseqüentemente a não participação desses produtores na condução de seu desenvolvimento, fato confirmado pela maioria dos produtores entrevistados, quando afirmaram que não viam vantagem no sindicato.

Na outra parte do trabalho foram entrevistados 33% dos sócios com o objetivo de identificar as limitações que estariam comprometendo a produção, sendo os mesmos agrupados em problemas de pesquisa e de assistência técnica.

Analisando o sistema de produção predominante (Fig. 2), observa-se que inicialmente o produtor derruba a área e planta arroz, depois de colhido, em uma parte da área, planta o feijão e, na outra, o capim.

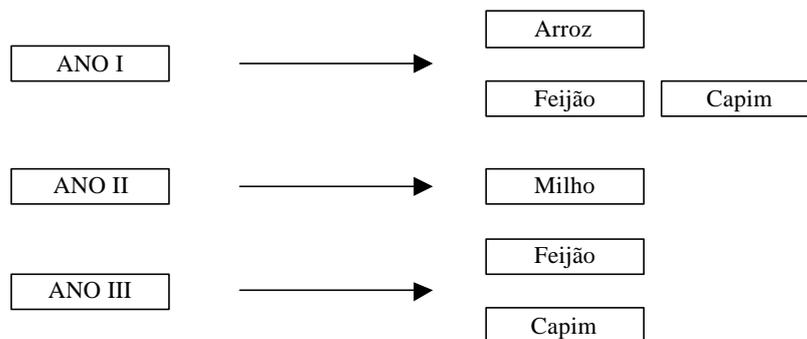


FIG. 2. Sistema de produção predominante.

Na área do feijão planta mais uma vez o milho e depois semeia o capim. Ao final de três anos toda área está com pastagem. Quanto à mandioca, somente dois produtores cultivam em consórcio com o milho. No geral, na comunidade estudada, esse ciclo demora em média três anos até que nova área seja desmatada.

No subsistema agrícola, a produção é realizada em 2,5 ha em média e conduzida pela mão de obra familiar em apenas 14,2% das propriedades, as demais costumam contratar trabalho para operações de derrubada, colheita e beneficiamento. As propriedades dispõem em média 2,2 homens-dias e gastam cerca de 60,3% de seu trabalho nessa atividade, sendo que a única atividade mecanizada é a derrubada com motosserra própria (71,4%), os demais pagam em trabalho ou em produto por essa operação. Só não usam suas próprias sementes, quando o governo distribui. Não fazem adubação, porém no preparo da área do feijão 21,4% utilizam herbicida. Para 57,1% dos produtores a produção agrícola é muito trabalhosa por não ser mecanizada, não apresentando sustentabilidade econômica nem ambiental. No entanto, pelo menos 80% da produção é consumida internamente na propriedade, oportunizando a pecuária como uma atividade de mercado, assim demonstrando ser estratégica na manutenção e reprodução da unidade. Seu ponto crítico está na prática itinerante da produção agrícola, e como, por lei, a propriedade só pode ser desmatada 50%, significa que ao atingir esse limite, com toda área ocupada com pasto, o produtor fica sem alternativa para produção agrícola.

O subsistema pecuário é constituído por 21,6 cabeças, em média, por propriedade. Um plantel de baixo padrão genético com uma produção média de leite de 2,4 litros por cabeça e custo de produção em torno de R\$ 0,20/litro. Ressalta-se que para determinar o custo de produção do litro de leite, o valor do trabalho utilizado na atividade foi considerado pelo seu custo de manutenção, que corresponde às despesas com alimentação, medicamentos e vestuário. O intervalo entre partos e período de lactação são sensivelmente afetados por falta de um programa de cobertura das matrizes, pois ficou constatado que 55,4% das matrizes estavam secas quando o normal seria de apenas 17%. Situação confirmada quando em duas propriedades representativas foram feitos exames de toque e uma apresentou 90% de matrizes secas e a outra 45%.

Todos os produtores fazem normalmente vacinação contra aftosa e brucelose, aplicam vermífugos e carrapaticidas, porém o fazem de forma inadequada. O sal é fornecido aos animais de maneira incorreta, pois misturam maior quantidade do comum com pequena parte do mineral, ou fornecem apenas o sal comum, colocando-o em cocho a céu aberto. Somente uma propriedade tem capineira.

É importante considerar as dificuldades que o pequeno produtor enfrenta para manter-se no mercado de leite. Com a nacionalização do mercado brasileiro, o consumidor acreano encontra com facilidade várias marcas de leite e seus derivados. O domínio de parte significativa desse mercado por essas marcas se traduz em pressão, por parte das usinas locais, na redução do preço do leite pago aos produtores e a definição de um sistema de cotas estabelecidas pelas usinas de pasteurização, sendo pago ao produtor R\$ 0,18/litro e R\$ 0,14/litro quando ultrapassa sua cota estabelecida, que para Associação Progresso são 35 litros por dia, em média.

Foi feita a evolução do rebanho bovino para todas as propriedades, ficando evidenciado que 41 ha de pastagem é o limite máximo permitido por lei, não sendo suficiente para dar sustentabilidade a unidade, considerando os atuais níveis de produção e produtividade gerada por esse subsistema.

A compreensão do funcionamento dos subsistemas de produção sugere que a sobrevivência da unidade produtiva no seu todo seja possível mediante a soma das produções agrícolas e pecuária. E aí reside o maior problema dos produtores da Associação Progresso, pois a tendência à pecuarização, pelas limitações tecnológicas, é um processo que tende a excluir o subsistema agrícola e sem este a produção pecuária não tem sustentabilidade.